

Folha de S. Paulo

21/1/1985

Brotas já desenvolve um programa para bóias-frias

Teodoro G. Meissner

Os recentes acontecimentos de Guariba trouxeram para mais perto de todos o drama anual dos bóias-frias, quando do seu desemprego sazonal, que vai de dezembro a junho, época de entressafra da cana-de-açúcar. Nesses sete meses, os trabalhadores volantes rurais ficam literalmente sem ter com o que viver. E explodem as revoltas.

Modificar completamente a situação desses trabalhadores exige profundas alterações na estrutura fundiária e nas relações trabalhistas no campo, as quais o governo eleito promete fazer. São mudanças que demandam, necessariamente, intensas negociações entre as partes envolvidas — e tempo.

Enquanto não se chega a um consenso — palavra tão a gosto do presidente eleito — como ficam os bóias-frias? Alguns municípios paulistas estão iniciando programas de emergência para aliviar a situação infra-humana dos trabalhadores volantes, conforme proposta apresentada pelo Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal), da Fundação Faria Lima. Até o momento, as experiências avançaram mais em Brotas, Penápolis e Ipaçu, muito semelhantes entre si. Pode-se ter uma idéia do esquema analisando-se o caso de Brotas.

Em novembro passado, houve uma primeira reunião entre representantes do Cepam, o prefeito, o secretário de Obras Urbanas, a assistente social da prefeitura, técnicos da Casa da Agricultura, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, alguns empregadores e representantes de agências bancárias.

Terra e assistência

Nessa reunião, definiu-se o esqueleto do programa de emergência e distribuiu-se tarefas específicas a cada um. Basicamente, garantiu-se ao bóia-fria interessado, um pedaço de terra (proporcional à sua capacidade de trabalho ou de sua família) para o plantio de cereais e hortaliças. Além disso, o trabalhador volante tem ainda a garantia de assistência técnica, fornecimento de sementes, máquinas para o preparo da terra, seguro contra calamidades climáticas e pragas e escoamento da produção, através do Ceagesp. Cada trabalhador recebe um financiamento, sem avalista, corresponde a um salário mínimo, para se manter até a colheita. O financiamento, da Caixa Econômica Estadual, será pago, sem juros, com parte da venda da colheita. O restante fica com o bóia-fria.

As atribuições de cada um ficaram assim definidas: sindicato dos trabalhadores e serviço social da prefeitura, seleção e cadastramento dos bóias-frias; Secretaria de Obras Urbanas, levantamento e delimitação da área a ser plantada; Casa da Agricultura, fornecimento de sementes e orientações técnicas para o plantio, através do seu agrônomo; prefeitura e serviço social, solicitações de máquinas, contatos com instituições financeiras e com os coordenadores de cada setor envolvido no projeto.

Começa o programa

Em dezembro, houve uma segunda reunião para discussão dos resultados obtidos até então. O sindicato dos trabalhadores e o serviço social da prefeitura conseguiram cadastrar 53 bóias-frias interessados no programa; a Secretaria de Obras Urbanas selecionou dezesseis alqueires descontínuos, circunvizinhos ao perímetro urbano, de propriedade da prefeitura, e preparou a

terra para o plantio, com máquinas de arar e gradear; a Casa da Agricultura selecionou sementes adequadas à época e deu orientação técnica para cada tipo de cultura.

Inicialmente, plantou-se feijão da seca e milho. Já há previsão para seleção de uma área de várzea, para plantio de arroz em 85. As terras são cedidas em regime de comodato mas a idéia da prefeitura é que, no futuro, esse bóia-fria se transforme em arrendatário dessas áreas e também de propriedades particulares, hoje ociosas.

Não é uma solução definitiva mas, com pouco dinheiro e num espaço mínimo de tempo, conseguiu-se garantir a sobrevivência de 53 famílias sem trabalho.

O Cepam tenta estender o programa para outros municípios mas tem encontrado dificuldades. Quer por resistência de prefeitos, quer pela falta de terras disponíveis para cessão em comodato aos bóias-frias. É o que ocorre, por exemplo, na região de Ribeirão Preto, onde ficam Guariba e Barrinha, as áreas mais explosivas do campo paulista. Lá tenta-se convencer os usineiros a ceder suas várzeas inproveitadas para evitar que daqui a um ano haja uma nova explosão. As negociações estão em andamento e dependem basicamente da boa vontade dos usineiros e do poder de persuasão do Estado.

(Primeiro Caderno — Página 6)